

Ana Rita Eusébio exercia o cargo de coordenadora regional desde 2014

Coordenadora Regional de Saúde Pública deixa o cargo em fim de comissão e diz que cumpriu todos os objectivos

Terminada a sua 2.ª comissão no passado dia 30 de Junho, Ana Rita Eusébio dá por terminada a sua etapa profissional enquanto Coordenadora Regional de Saúde Pública nos Açores, na qual esteve na linha da frente na articulação de medidas com a Autoridade Regional de Saúde e Delegados de Saúde concelhios, reduzindo a propagação do novo coronavírus na Região.

Ao contrário do que foi avançado por alguma comunicação social regional, conforme adianta a Secretaria Regional da Saúde, a ex-coordenadora não se demitiu do cargo que desempenhava, mas optou sim por não renovar a sua permanência no lugar que ocupava desde 2014.

Contactada pelo nosso jornal, Ana Rita Eusébio garante que – em relação ao novo coronavírus – atingiu os objectivos a que se propôs, enquanto coordenadora de Saúde Pública, até terminar esta comissão, dos quais destaca manter a região no nível de fase de contenção alargada pelo maior período possível, sem transmissão comunitária activa e sem passar para o nível de mitigação, contando para isso com o empenho e colaboração essencial de uma equipa multidisciplinar.

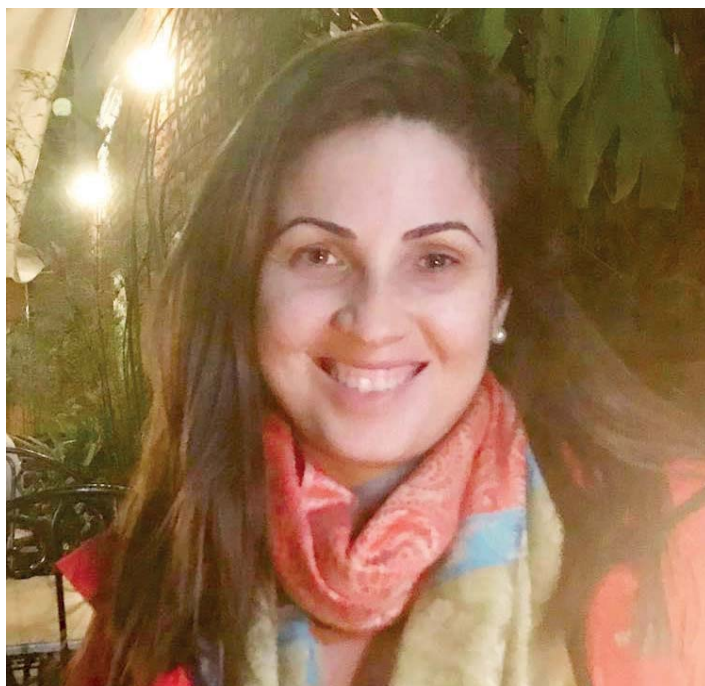
Como consequência deste trabalho, de todos os profissionais de saúde envolvidos e de todos os cidadãos, refere, e como exemplo do trabalho de missão que foi desenvolvido pela equipa que coordenava até recentemente e das medidas implementadas a nível regional, a médica salienta o facto de, a Região ser a única no país a registar zero casos positivos activos por infecção provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Neste sentido, a ex-coordenadora regional para a saúde pública adianta que apesar de deixar o cargo num momento em que começam a ser registados novos casos positivos activos, continuará a acompanhar a Autoridade Regional de Saúde nesta matéria e está disponível “para colaborar em regime de consultoria em Saúde Pública, caso seja necessário”.

Governo vai abrir concurso para 14 médicos especialistas em saúde pública

Nas respostas obtidas pelo nosso jornal face a esta questão, o Governo dos Açores adiantou que pretende “reforçar os seus quadros de modo a responder às necessidades”, prevendo-se por isso o lançamento de um concurso público para 14 médicos especialistas em Saúde Pública, esperando ainda que “oportunamente” seja indicada a nova coordenação.

De momento, adianta a Secretaria Regional responsável pela pasta da saúde, os Açores contam com cinco médicos com formação em Saúde Pública, “aos quais se somam os profissionais de Medicina Ge-



Ana Rita Eusébio optou por não renovar a sua permanência no cargo



Depois de atingir os zero casos activos, região regista aumento no número de infectados

ral e Familiar que desempenham funções nas delegações de saúde, que têm vindo a trabalhar empenhadamente em contexto de prevenção e contenção da pandemia de Covid-19”.

Por último, a Secretaria Regional da Saúde adianta que os resultados da estratégia de contenção da pandemia de Covid-19 dependem neste momento da atitude dos cidadãos, que devem manter-se rigorosos no respeito pelas medidas de prevenção estipuladas, nomeadamente o uso de máscara, a lavagem frequente e correcta das mãos, o distanciamento físico e a

correcta etiqueta respiratória.

Por esse motivo, considera-se ainda que as atitudes “das camadas mais jovens da população são decisivas”, sendo que estas medidas devem ser adoptadas e reforçadas também nos espaços de lazer e entretenimento, incluindo-se nas saídas à noite.

Figura do coordenador regional de saúde pública criada durante surto de Gripe A

A figura do Coordenador Regional de

Saúde Pública foi criada no ano de 2009, ainda durante o governo de Carlos César, numa altura marcada pelo combate à Gripe A em que todos os doentes com sintomas de gripe foram alvo de tratamento indiscriminado, por se considerar que a doença estava já espalhada na comunidade sem que fosse possível conter, identificar e isolar os doentes.

Na ocasião, relembra-se, o presidente do Governo Regional de então admitiu que existiram “deficiências” na forma como se lidou com a Gripe A, especialmente na ilha de São Miguel, optando-se assim por reformular os níveis de autoridades de saúde existentes na Região, extinguindo a autoridade de saúde de âmbito de ilha e criando o cargo de coordenador regional de saúde pública, coadjuvando a autoridade de saúde regional.

Assim, conforme publicado em Diário da República, a figura do coordenador regional de saúde pública é “nomeada em regime de comissão de serviço, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de saúde, sob proposta do Director Regional da Saúde”.

Neste âmbito, é dada preferência a médicos especialistas em saúde pública, ou a médicos que detenham “três ou mais anos de exercício de funções de delegado de saúde”, sendo esta uma nomeação com um período de três anos e renovável por igual período, podendo acumular com “quaisquer outras”.

A esta figura, ainda de acordo com o estipulado por lei, compete-lhe emitir parecer, apoiar e coordenar as actividades das autoridades de saúde concelhias de acordo com a lei e com as instruções superiormente emanadas, elaborar um relatório anual de análise epidemiológica sobre o estado sanitário da Região e das actividades desenvolvidas pelas autoridades de saúde concelhias que deve ser apresentado à autoridade de saúde regional.

Em acréscimo, todos anos o coordenador regional de saúde pública necessita de dar parecer sobre o plano de actividades das autoridades de saúde concelhias para o ano seguinte, para efeitos de aprovação pela autoridade de saúde regional, bem como promover a articulação e cooperação eficiente entre autoridades de saúde e os serviços integrados no Serviço Regional da Saúde, bem como outras entidades externas.

É também esperado do coordenador regional que avalie as necessidades de formação dos diversos grupos profissionais das delegações de saúde da Região mediante a auscultação dos delegados de saúde concelhios, propondo à autoridade de saúde da Região planos de formação específica e contínua adequados.

Joana Medeiros